



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL**

**EDITAL EXTERNO Nº 05/2025**

Dispõe sobre o Processo Seletivo Suplementar para ingresso no curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio EJA-EPT para o segundo semestre letivo de 2025 (com início das aulas em 04 de agosto de 2025), no Câmpus Sapucaia do Sul.

O Diretor-geral do Câmpus Sapucaia do Sul do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas, no período e forma abaixo mencionados, as inscrições do Processo Seletivo Suplementar para ingresso no curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos/Educação Profissional e Tecnológica), turno noturno, modalidade presencial, referente ao semestre letivo de 2025/2 (com início das aulas em 04 de agosto de 2025).

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A realização do Processo Seletivo está a cargo de comissão própria nomeada em portaria, cabendo-lhe a responsabilidade de planejar, coordenar e executar o Processo Seletivo, bem como divulgar os resultados e todas as informações pertinentes. O edital será divulgado na página <http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/98-editaisdocs-2025>

1.2 O Câmpus Sapucaia do Sul está instalado na Av. Copacabana nº 100, bairro Piratini, no município de Sapucaia do Sul/RS, fone (51) 3452-9200.

1.3 Este Processo Seletivo destina-se a candidatas/os que já concluíram ou que estejam concluindo a última série/ano/módulo do Ensino Fundamental (antigo 1º Grau) ou equivalente (supletivo completo) e que tiverem 18 (dezoito) anos completos até o dia 31 de julho de 2025.

1.4 A formação técnica integrada ao Ensino Médio implica cursar o curso técnico ao mesmo tempo que o Ensino Médio, com duração de 6 semestres e a realização do Estágio Curricular Obrigatório.

1.5 A inscrição para este processo seletivo será gratuita.

1.6 Serão disponibilizadas 12 (doze) vagas que complementam o processo seletivo regulado pelo Edital Externo 05/2025, o qual não completou o número de vagas disponíveis para o ingresso no curso Técnico de Nível Médio em Administração integrado ao Ensino Médio EJA-EPT, turno noturno, para o segundo semestre letivo de 2025.

1.6.1 Em havendo sobra de vagas devido à não matrícula dos selecionados pelo Edital Externo 05/2025, serão chamados dos inscritos neste Edital o quantitativo necessário, respeitando as cotas previstas no Edital Externo 05/2025,

1.6.2 O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) pode ser conferido em <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/44>

1.7 As vagas ofertadas abaixo são as vagas com previsão de não preenchimento pelo Edital Externo 05/2025:

Código	Descrição	Vagas
AU	Acesso Universal (todos concorrem)	1

L1	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo.	0
L2	Candidatos egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo.	2
L3	Candidatos egressos de escola pública, independente da renda.	4
L4	Candidatos egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda.	1
L5	Candidatos com deficiência, egressos de escola pública, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo.	1
L6	Candidatos com deficiência, egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo.	0
L7	Candidatos com deficiência, egressos de escola pública, independente da renda.	1
L8	Candidatos com deficiência, egressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda.	0
L9	Candidatos autodeclarados quilombolas, egressos de escola pública, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo.	1
L10	Candidatos autodeclarados quilombolas, egressos de escola pública, independente da renda.	1

1.7.1 No caso em que haja candidatos indígenas que não tenham sido contemplados em nenhuma das cotas do edital, fica assegurada a matrícula do candidato indígena mais bem colocado da lista de suplentes.

1.8 São considerados, neste processo seletivo, candidatas/os egressas/os de escola pública as pessoas que cursaram a totalidade do Ensino Fundamental ou equivalente em instituições públicas de ensino.

1.8.1 Conforme Instrução Normativa IFSul nº 07/2019, as/os candidatas/os sujeitas/os à política de Cotas para pessoas com deficiência, que comprovarem ter cursado o ensino Fundamental, integral ou parcialmente em Instituição Filantrópica (especializada no ensino e aprendizagem de pessoa com a deficiência apresentada) e, desde que preenchidos os demais requisitos, serão equiparadas/os àquelas/es egressas/os integralmente de escola pública, para fins de satisfação do requisito de ter cursado o ensino Fundamental, integralmente em escola pública, previsto nos artigos 1º e 4º da Lei nº 14.713/2023 e artigos 2º e 3º do Decreto nº 7.824/2012.

1.9 As vagas remanescentes no sistema de ingresso de Reserva de Vagas serão preenchidas por candidatas/os pertencentes à respectiva modalidade de concorrência, obedecendo à ordem de classificação e ao seguinte:

a) havendo vaga remanescente do grupo L1 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L2, grupo L4, grupo L3;

b) havendo vaga remanescente do grupo L2 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L1, grupo L4, grupo L3;

c) havendo vaga remanescente do grupo L3 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L4, grupo L2, grupo L1;

d) havendo vaga remanescente do grupo L4 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L3, grupo L2, grupo L1.

e) havendo vaga remanescente do grupo L5 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos

demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L1 grupo L2, grupo L4, grupo L3;

f) havendo vaga remanescente do grupo L6 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L2, grupo L1, grupo L4, grupo L3;

g) havendo vaga remanescente do grupo L7 e não havendo candidata/o, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L3, grupo L4, grupo L2, grupo L1;

h) havendo vaga remanescente do grupo L8 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L4, grupo L3, grupo L2, grupo L1;

i) havendo vaga remanescente do grupo L9 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L2, grupo L5, grupo L6, grupo L1;

j) havendo vaga remanescente do grupo L10 e não havendo candidato, a referida vaga será oferecida aos demais grupos, obedecendo à seguinte ordem: grupo L4, grupo L7, grupo L8, grupo L3.

1.11 Não havendo candidatas/os suficientes para preencher as vagas pelo sistema de ingresso de Reservas de Vagas, as referidas vagas voltarão ao sistema de ingresso por Acesso Universal.

1.12 A/O candidata/o selecionada/o em alguma das modalidades de egressas/os de escola pública que não apresentar, no prazo, a documentação exigida que comprove essa condição, perderá o direito à vaga na respectiva cota e retornará para a lista de Acesso Universal.

1.13 A/O candidata/o selecionada/o pelo sistema de ingresso de Acesso Universal que não apresentar a documentação no devido prazo será reclassificada/o no final da lista de suplentes.

1.14 A/O candidata/o selecionada/o que não apresentar nenhum documento para a matrícula perderá o direito à vaga e será eliminada/o do processo seletivo.

1.15 As/Os candidatas/os indígenas deverão apresentar no ato da matrícula declaração de Pertencimento Étnico indígena (Anexo I), disponível em <https://cutt.ly/RejEbfHZ>, expedida no ano vigente e assinada por três lideranças da comunidade indígena (Cacique mais duas lideranças) e Declaração de residência fornecida pela FUNAI (Anexo II), disponível em <https://cutt.ly/dejEmKhp>, segundo item 3 da Portaria FUNAI número 1.812/PRSE de 12 de dezembro de 2013.

1.16 As/Os candidatas/os quilombolas deverão apresentar no ato da matrícula autodeclaração de Pertencimento à Localidade Quilombola (Anexo VII), disponível em <https://cutt.ly/RejE27Hm>, expedida no ano vigente e assinada pela liderança (Anexo VIII), disponível em <https://cutt.ly/kejE9HYG>

1.17 No ato da matrícula, deverá ser apresentada a documentação comprobatória da conclusão do Ensino Fundamental (antigo 1º Grau), bem como TODOS os demais documentos exigidos, conforme instruções específicas. (ver item 10).

## 2. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

2.1 O processo seletivo será por sorteio.

2.2 O link com data e horário para o sorteio público será fornecido junto com a lista de inscrições homologadas.

2.4 A execução do Processo Seletivo se dará conforme o seguinte cronograma:

Divulgação do edital	14/07/2025
Inscrições	14/07/2025 a 20/07/2025
Divulgação da lista de candidatas/os aptas/os para o sorteio público (homologação)	21/07/2025
Recursos	22/07/2025

Sorteio público	23/07/2025
Divulgação da lista de candidatas/os selecionadas/os	24/07/2025
Recursos	25/07/2025
Divulgação da lista de candidatas/os selecionadas/os (Resultado final após recursos)	a partir de 28/07/2025
Banca de heteroidentificação	Data será divulgada junto da lista das/os candidatas/os selecionadas/os
Matrícula	Data será divulgada junto da lista das/os candidatas/os selecionadas/os
Início das aulas	04 de agosto de 2025 (segunda-feira)

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições para o Processo Seletivo serão realizadas de forma online até às 23h59min do dia 20/07/2025, acessando <https://cutt.ly/mrUNsVxK>

3.1.1 Quem não tiver condições tecnológicas de realizar a inscrição, pode fazê-la no Departamento de Ensino do IFSul campus Sapucaia do Sul, das 14h às 20h, durante todo o período de inscrições.

3.2 A/O candidata/o é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento deste documento.

3.3 A/O candidata/o, ao efetivar a sua inscrição, declara acatar, na íntegra, as normas deste Edital.

### 4. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 A lista dos nomes das/os candidatas/os selecionadas/os, em ordem alfabética, para as vagas, bem como de suplentes, em ordem de classificação, será divulgada a partir do dia 28 de julho de 2025 na página <http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/98-editaisdocs-2025>

4.2 Os resultados do Processo Seletivo serão válidos exclusivamente para este edital.

### 5. DA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

(Confirmação da condição de candidata/o autodeclarada/o negra/o)

5.1 Conforme Resolução CONSUP/IFSul nº 255, de 3 de abril de 2023 (Anexo IV), a/o candidata/o negra/o (preta/o ou parda/o) que, no ato da inscrição, optar por concorrer às cotas na modalidade L2 ou L4 e que for selecionada/o, deverá participar de procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração, por comissão específica do IFSUL para aferição de seus direitos.

5.2 A comissão acima citada, após o procedimento de heteroidentificação com a/o candidata/o, emitirá um parecer que confirmará ou não a autodeclaração.

5.3 Caso a/o candidata/o não tenha a autodeclaração confirmada, passará a concorrer pelo Acesso Universal, sendo sua vaga disponibilizada à/ao próxima/o candidata/o negra/o selecionada/o.

5.4 As/Os candidatas/os que, por alguma razão, discordarem do parecer da comissão de heteroidentificação poderão interpor recurso no prazo de 24 horas através de formulário específico, disponível em <https://processoseletivo.ifsul.edu.br/>. A comissão recursal será composta por 3 (três) integrantes distintos da comissão original e reavaliará a/o candidata/o através de agendamento de entrevista, sendo indeferido o recurso apenas por decisão unânime. Em caso de indeferimento da comissão recursal, a/o candidata/o

passará a concorrer no Processo Seletivo pelo Acesso Universal.

5.5 De acordo com a Portaria nº 04/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Comissão de Heteroidentificação utilizará, exclusivamente, o critério fenotípico (cor de pele) para aferição da condição autodeclarada pela/o candidata/o.

5.6 O deferimento na Comissão de Heteroidentificação é uma etapa do processo de seleção para as/os candidatas/os que se autodeclararem negras/os (pretas/os ou pardas/os) no ato da inscrição e não garante a matrícula, devendo a/o candidata/o seguir os demais procedimentos constantes no edital.

5.7 Todo o processo de heteroidentificação será presencial.

5.8 As datas do processo de heteroidentificação serão comunicadas às/aos candidatas/os através de lista publicada no site <http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/98-editaisdocs-2025>

5.9 O IFSUL dispensará as/os candidatas/os do procedimento de heteroidentificação, desde que em sua totalidade, se por qualquer motivo não tiver condições operacionais de realizar a banca.

5.10 O Anexo IV deste edital traz a Resolução CONSUP/IFSul nº 255, de 3 de abril de 2023 que regulamenta o ingresso de candidatas/os autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) por cotas nos processos seletivos e concursos do IFSUL.

## 6. DAS MATRÍCULAS

6.1 As matrículas serão realizadas exclusivamente pelo e-mail [ss-corac@ifsul.edu.br](mailto:ss-corac@ifsul.edu.br) nos dias e horários a serem divulgados juntamente com a lista das/os classificadas/os sendo que, no momento oportuno, deverá ser apresentada toda a documentação original para conferência, sob pena de perda da vaga.

6.2 A/O candidata/o que não tiver condições de enviar por e-mail os documentos solicitados pode vir até o campus nos dias especificados na lista de candidatos aprovados para ser auxiliado por servidor/a para realizar o envio.

6.3 No ato da matrícula, a/o candidata/o selecionada/o deverá enviar os seguintes documentos:

a) Comprovação de conclusão do Ensino Fundamental (histórico escolar e certificado de conclusão). NÃO será aceito Histórico/Certificado de conclusão de outros níveis de ensino;

b) Comprovante de quitação das obrigações eleitorais (obtido junto à Justiça Eleitoral ou no endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/servicos/certidoes>. NÃO será aceito Requerimento de Justificativa Eleitoral. Leis 4.737/65 e 6.236/75);

c) 01 (uma) fotografia 3x4 recente.

d) Documento de Identidade – RG;

e) Comprovação da inscrição no CPF. A/O candidata/o poderá apresentar cópia de documento que contenha a inscrição no CPF ou imprimir o comprovante da inscrição no CPF a partir do Portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal>

f) Comprovante de residência (conta de luz, água ou telefone atualizada, com no máximo 03 meses. No caso do candidato não ter um comprovante de residência em seu nome, o titular da conta deverá fazer uma declaração na cópia do comprovante nos seguintes termos:

“Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ reside neste endereço. (Datar e Assinar)”

g) Certidão de Nascimento, ou de Casamento (esta última é imprescindível quando houver alteração de nome);

h) Título de Eleitor;

i) Comprovante de quitação das obrigações militares (apenas para os candidatos do sexo masculino – Lei 4.375/64);

j) Ficha de matrícula preenchida (a ficha será divulgada como anexo no documento de convocação para a matrícula).

6.4 Para as/os candidatas/os egressas/os de escola pública classificadas/os pela reserva de vaga para autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os ou indígenas é necessário, além dos documentos listados (ver item 6.3), os seguintes documentos:

a) termo de autodeclaração preenchido, constante nos Anexo V, disponível em <https://cutt.ly/1ejEEomO>

b) termo de deferimento da Comissão de Heteroidentificação, no caso de pessoa autodeclarada preta ou parda.

6.4.1 Os candidatos indígenas, deverão apresentar declaração Pertencimento Étnico indígena (Anexo I) (acessar o link <https://cutt.ly/RejEbfHZ> para preenchimento) expedida no ano vigente e assinada por três lideranças da comunidade indígena (Cacique mais duas lideranças) e Declaração de residência fornecida pela FUNAI, segundo item 3 da Portaria FUNAI número 1.812/PRSE de 12 de dezembro de 2013, conforme modelo no Anexo II (acessar o link <https://cutt.ly/dejEmKhp> para preenchimento) deste edital.

6.5 Para os/as candidatos/as classificados/as pela reserva de vaga para egressos/as de escola pública com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, além dos documentos listados (ver item 10.3), deverão apresentar declaração da renda bruta familiar, com base no modelo do Anexo VI (acessar o link <https://cutt.ly/3ejElskE> para o preenchimento).

6.6 Para as/os candidatas/os egressas/os de escola pública classificadas/os pela reserva de vaga para pessoa com deficiência são necessários, além dos documentos listados (ver item 10.3), os seguintes documentos:

a) Laudo médico que ateste a espécie e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, (Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017), nos termos do art. 4º do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/04 (art.5º §1º, inciso I, na Lei nº 12.764/12 (Art.1º § 2º) e na Lei nº 14.126/21. Juntamente com o laudo médico deverão ser entregues exames complementares que comprovem a deficiência.

6.7 Candidatas/os estrangeiras/os deverão apresentar também fotocópia e original da:

- a) Carteira de identidade para estrangeira/o permanente;
- b) Declaração de equivalência de estudos realizados no exterior.

6.8 Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis e isentos de rasuras.

6.9 A não apresentação da comprovação de conclusão do Ensino Fundamental implicará na perda da vaga e na eliminação da/o candidata/o do processo seletivo.

6.10 Na impossibilidade de apresentação dos demais documentos no ato da matrícula, esta não será efetivada, ficando facultada à Instituição oferecer prazo adicional, mediante assinatura de termo de compromisso por parte da/o candidata/o, ficando sua matrícula pendente até o fim do prazo adicional concedido.

6.11 A/O estudante que abandonar o curso durante o primeiro semestre letivo, poderá perder a vaga e só poderá retornar mediante novo Processo Seletivo.

6.12 A/O estudante que tiver 100% de faltas nos primeiros 10 dias letivos, sem justificativa legal, perderá a vaga, sendo chamada/o a/o próxima/o candidata/o selecionada/o.

## 7. DA SEGUNDA CHAMADA

7.1 Se houver segunda chamada, esta obedecerá rigorosamente a ordem de classificação no Processo Seletivo e será divulgada na página <http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/98-editaisdocs-2025> em até 72 (setenta e duas) horas úteis após o término das matrículas da primeira chamada. Na lista de segunda chamada constará também a data e o horário para a efetivação da matrícula.

7.2 Se houver outras chamadas, estas serão feitas conforme especificado no item anterior.

7.3 É de responsabilidade da/o candidata/o manter-se informada/o sobre as possíveis chamadas extras.

## 8. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Casos omissos ou não previstos neste Edital serão resolvidos pela Direção-geral do Câmpus Sapucaia do Sul do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

8.2 O Câmpus poderá adotar comissão ou grupo de trabalho para contactar as/os candidatas/os, quando da publicação dos editais de convocação das fases do processo seletivo através de e-mails, telefones ou outros meios.

8.3 A Coordenação-geral do Processo Seletivo do Câmpus Sapucaia do Sul fará divulgar, sempre que necessário, normas complementares e avisos especiais.

8.4 Candidatas/os inscritos nas cotas L2, L4 ou L6, poderão, no dia da palestra (item 5 do edital) optar por mudar sua inscrição para a cota L3 ou Acesso universal (AU).

8.5 A gestão deste edital, incluindo o recebimento eletrônico e presencial das inscrições, análise e publicação dos resultados estará a cargo da Comissão do Processo Seletivo.

Sapucaia do Sul, 14 de julho de 2025.

Fabio Roberto Moraes Lemes  
Diretor-Geral do Câmpus Sapucaia do Sul  
Instituto Federal Sul-rio-grandense  
(assinado eletronicamente)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO I - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO INDÍGENA**

Nós, abaixo-assinados, da Aldeia Indígena \_\_\_\_\_  
atestamos que \_\_\_\_\_, RG  
\_\_\_\_\_, nacionalidade brasileira, é domiciliad/ao nesta comunidade indígena,  
situada no município de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_. Estamos cientes de que, se  
for detectada inveracidade na declaração, a/o estudante estará sujeito às penalidades previstas em Lei e do  
edital publicado e declaramos ainda que somos lideranças reconhecidas pela comunidade indígena, a qual  
pertence a/o candidata/o solicitante.

Por ser verdade, assinamos a presente declaração:

1) Cacique (nome por extenso e CPF):

Endereço:

Telefones para contato:

Assinatura:

2) Liderança (nome por extenso e CPF):

Endereço:

Telefones para contato:

Assinatura:

3) Liderança (nome por extenso e CPF):

Endereço:

Telefones para contato:

Assinatura

Estou ciente de que, se for detectada inveracidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas  
em lei.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o candidata/o

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO II**

Declaração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI de que o estudante indígena reside em comunidade indígena ou comprovante de residência em comunidade indígena

A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, na sua missão institucional de promover e defender os direitos indígenas, nos termos do que dispõe a lei 5.371/1967, ATESTA, para a finalidade de atender ao disposto no artigo 4º, 7º, e Anexo I, da Portaria MEC nº389/ 2013 que \_\_\_\_\_ compareceu a esta unidade e declarou que vive em comunidade indígena. A comunidade indígena, a qual declarou pertencer, localiza-se em:

---

---

---

(endereço ou localização)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a servidor/a da FUNAI, indicação de cargo e matrícula



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO III - PROCURAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_  
expedido pelo(a) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, pelo presente instrumento, designo  
\_\_\_\_\_ portador/a do RG \_\_\_\_\_ expedido  
pela/o \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ meu/minha PROCURADOR/A para fim  
específico de proceder a minha inscrição e/ou matrícula no Processo Seletivo 2025/2 para ingresso no  
Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos/Ensino  
Profissional e Tecnológico), turno da noite, do IF Sul/Câmpus Sapucaia do Sul, para o segundo semestre  
letivo de 2025.

Sapucaia do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o Requerente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**ANEXO IV**

**Regulamento das Comissões de Heteroidentificação para Concursos e Processos Seletivos no IFSul  
(Aprovado pela Resolução CONSUP/IFSul nº 255, de 4 de abril de 2023)**

Estabelece a organização, as atribuições e competências das Comissões de Heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O presente regulamento disciplina a organização, as competências e o funcionamento das Comissões de Heteroidentificação do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

Art. 2º As Comissões de Heteroidentificação tem a função de confirmar ou não, a autodeclaração apresentada pelas/os candidatas/os negras/os aprovadas/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato da inscrição dos processos de seleção do IFSul.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se aos:

- concursos para servidoras/es efetivas/os;
- processos de seleção de professoras/es substitutas/os;
- processos de contratação de estagiárias/os; e
- processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos presenciais e a distância nos níveis técnico, superiores de graduação e de pós-graduação.

Art. 3º Para o procedimento de heteroidentificação no âmbito do IFSul são constituídas as seguintes comissões:

- Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul, vinculada ao Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI) da Pró-reitoria de Ensino (PROEN); e
- Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus, vinculada à direção-geral.

**CAPÍTULO II  
DAS ATRIBUIÇÕES E DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**

Art. 4º A Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul é responsável por atuar nos processos de heteroidentificação:

- dos concursos públicos;
- dos processos de seleção de estágios da reitoria; e
- na fase recursal de qualquer processo seletivo que tenha a previsão de cotas de heteroidentificação nos câmpus ou na reitoria.

Art. 5º Fazem parte da Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul:

- cinco membros titulares;
- cinco membros suplentes.

§ 1º A presidência da comissão central será desempenhada pela chefia do DEPEI.

§ 2º Dentre os membros da comissão central deverá ser designado um secretário para registro dos trabalhos da comissão.

§ 3º Os membros titulares e suplentes poderão ser:

- servidores docentes;
- servidores técnico-administrativos;
- estudantes maiores de 18 anos;
- membros da sociedade civil e de instituições (associações, confederações, federações, conselhos, movimentos organizados, organizações, sindicatos e fóruns).

Art. 6º A Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus é responsável por atuar nos processos de heteroidentificação:

- dos processos seletivos de ingresso discente do câmpus;
- dos processos seletivos de professoras/es substitutas/os do câmpus;
- dos processos de seleção de estágios do câmpus; e
- em casos de fase recursal em concursos públicos, quando convocada pelo Reitor.

Art. 7º Fazem parte da Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus:

- cinco membros titulares;
- cinco membros suplentes.

§ 1º A presidência da comissão local será desempenhada por servidor/a efetivo/a integrante da comissão.

§ 2º Dentre os membros da comissão local deverá ser designado um secretário para registro dos trabalhos da comissão.

§ 3º Os membros titulares e suplentes poderão ser:

- servidores docentes;
- servidores técnico-administrativos;
- estudantes maiores de 18 anos;
- membros da sociedade civil e de instituições (associações, confederações, federações, conselhos, movimentos organizados, organizações, sindicatos e fóruns).

Art. 8º A composição das comissões deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

Art. 9º A seleção para os membros das comissões será feita a cada dois anos por edital. Parágrafo único. As comissões serão designadas em portaria do Reitor.

Art. 10. Os membros das comissões deverão ter participado de oficina sobre a temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo, com base em conteúdo disponibilizado no § 1º do art. 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, cuja promoção ficará a cargo do DEPEI.

Art. 11. Farão jus a pagamento, por hora, todos os membros que atuarem nas comissões sejam estudantes, membros internos e/ou externos.

Parágrafo único. A referência para o pagamento dos membros da comissão será equivalente a atividade de fiscalização de provas de concurso público ou de processos seletivos.

### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Art. 12. O procedimento de heteroidentificação no âmbito do IFSul compreende:

- análise do critério fenotípico para aferição da condição declarada;
- emissão de parecer; e
- publicação do resultado.

Art. 13. Caso a/o candidata/o não tenha a autodeclaração confirmada no procedimento de heteroidentificação, concorrerá à vaga pelo acesso universal, em igualdade de condições, conforme a classificação geral, sendo sua vaga disponibilizada para a/o próxima/o candidata/o negra/o classificada/o.

Art. 14. As/Os candidatas/os com até 16 anos de idade incompletos deverão obrigatoriamente ser acompanhadas/os por pais ou responsáveis, as/os quais serão avisadas/os de que não poderão se manifestar durante o procedimento de heteroidentificação.

Parágrafo único. Às/Aos candidatas/os com idade entre 16 e 18 anos de idade é facultativa a presença dos pais ou responsáveis.

Art. 15. A/O candidata/o que recusar se submeter ao procedimento de heteroidentificação será eliminada/o do processo seletivo.

Art. 16. Em caso de a/o candidata/o não poder estar presente no dia do procedimento de heteroidentificação, será montada outra comissão, somente mediante apresentação de atestado médico.

Art. 17. As/Os candidatas/os que, por alguma razão, discordarem do parecer da comissão de heteroidentificação poderão interpor recursos com exposição de motivos, durante o prazo estipulado no cronograma do processo seletivo em que estejam participando.

#### Seção I

##### **Das Comissões Locais de Heteroidentificação dos câmpus**

Art. 18. Todas/os candidatas/os negras/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato de inscrição dos processos seletivos do câmpus, caso aprovadas/os, serão convocadas/os para realização dos procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração pela Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus, para a aferição dos seus direitos.

Parágrafo único. A convocação de que trata o **caput** será feita pela Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus, em data, horário e local definidos pelo câmpus, em período anterior a realização da matrícula e/ou contratação, e publicada na página do processo seletivo do IFSul.

Art. 19. A Comissão Local de Heteroidentificação do câmpus, após o procedimento de heteroidentificação com a/o candidata/o, emitirá um parecer que confirmará ou não a autodeclaração.

#### Seção II

##### **Da Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul**

Art. 20. Todas/os candidatas/os negras/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato de inscrição dos processos seletivos para contratação de estagiários da reitoria, caso aprovadas/os, serão convocadas/os para realização dos procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração pela Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul, para a aferição dos seus direitos.

Parágrafo único. A convocação de que trata o **caput** será feita pela Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul, em data, horário e local definidos pela comissão, em articulação com o DEPEI e com a unidade administrativa responsável pelos estágios na reitoria, em período anterior a realização da contratação, e publicada na página do processo de seleção do IFSul.

Art. 21. No caso dos concursos públicos do IFSul, os procedimentos de heteroidentificação para as/os candidatas/os negras/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato de inscrição, serão convocados e organizados pelo Departamento de Seleção (DES), que irá definir data, horário e local e publicar as informações na página dos concursos do IFSul.

§ 1º A Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul será demandada pelo DES para executar os procedimentos de heteroidentificação.

§ 2º A Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul, após o procedimento de heteroidentificação com a/o candidata/o, emitirá um parecer que confirmará ou não a autodeclaração, o qual será encaminhado ao DES para prosseguimento dos trâmites do concurso.

Art. 22. No caso de atuação em fase recursal dos processos seletivos dos câmpus ou da reitoria, a Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul emite seu parecer a área demandante, a qual irá providenciar os procedimentos de publicação e seguimento do processo.

#### CAPITULO IV DOS RECURSOS

Art. 23. Os editais dos processos seletivos contemplados nesse regulamento devem prever a possibilidade de interposição de recurso a uma comissão revisora, criada para este fim, conforme inciso III do art. 4º.

§ 1º As/Os integrantes da Comissão Central de Heteroidentificação do IFSul que irão atuar na fase recursal dos recursos provenientes dos processos seletivos do câmpus deverão ser distintos das/os integrantes da Comissão de Heteroidentificação Local do câmpus, observada a previsão do art. 8º.

§ 2º No caso dos processos de seleção para estágios da reitoria, a comissão para avaliação do recurso será formada por membros distintos da primeira comissão, observada a previsão do art. 8º.

§ 3º No caso dos concursos públicos o reitor poderá convocar as Comissões Locais de Heteroidentificação dos câmpus para atuar na fase recursal do procedimento de heteroidentificação.

Art. 24. Para tomada de decisão, a comissão que estiver atuando na fase recursal deverá considerar:

- a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação;
- a ata emitida pela comissão local; e
- o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

§ 1º A comissão citada no **caput** irá expedir parecer via e-mail, conforme previsão em edital, quanto ao recurso para o candidato e para a comissão que atuou no procedimento de heteroidentificação.

§ 2º Não caberá recurso das decisões da comissão que atuar na fase recursal.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ou outro ato normativo que vier a substituí-la, deverá ser observada como documento orientador para o procedimento de heteroidentificação de candidatos negros (pretos e pardos) aprovados em processos seletivos e concursos no âmbito do IFSul, em matérias não previstas por neste regulamento.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Ensino. Art. 27. Este Regulamento entra em vigor em 3 de abril de 2023.

Flávio Luís Barbosa Nunes  
Presidente do CONSUP



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO V – TERMO DE AUTODECLARAÇÃO**

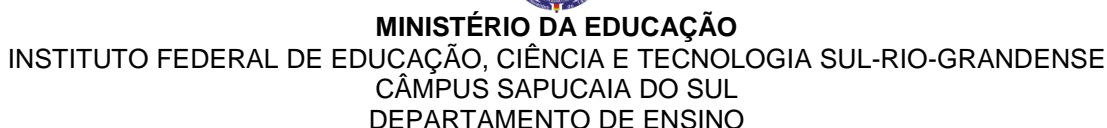
Eu, \_\_\_\_\_, portador/a do RG \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor \_\_\_\_\_, e CPF \_\_\_\_\_, autodeclaro-me:

- ( ) PRETA/O  
( ) PARDA/O  
( ) INDÍGENA

para fins de enquadramento na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Sapucaia do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o Declarante



Quantas pessoas moram em sua casa, CONTANDO COM VOCÊ? \_\_\_\_\_

Quadro de composição familiar (escreva seu nome na primeira linha):

[illegible]

( ) Trabalha e é o principal responsável pela renda da família.  
( ) Trabalha e contribui para a renda de sua família.  
( ) Trabalha apenas para custeio dos gastos próprios.  
( ) Não trabalha e seus gastos são custeados.

( ) Alugada. Valor do aluguel:

( ) Desempregado.

Sapucaia do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

Assinatura da/o requerente





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-  
GRANDENSE CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO VII – TERMO DE AUTODECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador/a do RG \_\_\_\_\_,  
órgão expedidor \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, autodeclaro-me QUILOMBOLA,  
para fins de enquadramento na portaria nº 2.027, de 16 de novembro de 2023.

Sapucaia do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

-

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o Declarante



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-  
GRANDENSE CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Eu, abaixo-assinado, da localidade quilombola \_\_\_\_\_  
atesto que \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_,  
nacionalidade brasileira, é domiciliad/ao nesta comunidade quilombola, situada no município de \_\_\_\_\_, estado do \_\_\_\_\_. Estamos cientes de que, se for detectada inveracidade na declaração, a/o estudante estará sujeito às penalidades previstas em Lei e do edital publicado e declaro ainda que sou liderança reconhecida pela comunidade quilombola, a qual pertence a/o candidata/o solicitante.

Por ser verdade, assino a presente declaração:

1) Liderança (nome por extenso):

CPF:

Endereço:

Telefones para contato:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Estou ciente de que, se for detectada inveracidade na declaração, estarei sujeito às penalidades previstas em lei.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o candidata/o

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.